



© VICTOR MORIWAMA/ISA



UMA NOVA IMAGEM PARA UMA LUTA HISTÓRICA

Os Yanomami e Ye'kwana dizem basta à invasão de 20 mil garimpeiros na Terra Indígena Yanomami (RR/AM) e mandam uma mensagem ao mundo: Fora Garimpo! **p.3**



© MANDUELA MEYER/ISA

Xinguanos controlam o fogo

Com técnicas de manejo adaptadas, indígenas do Xingu renovam práticas tradicionais para combater queimadas. **p.17**



© KAVIÖRÉ PARAGANÁ

Isolados sob pressão

Análises do ISA apontam que incêndios florestais colocam grupos indígenas isolados em alto risco. **p.13**



© LUCAS LANDAU/REDE XINGU +

O-é Kayapó Paiakan e participantes do 4º Encontro da Rede Xingu + gravam vídeo em defesa de seu território e modos de vida

Xingu manda uma flecha para o mundo

“Nunca vamos deixar de ser os povos do Xingu, nunca vamos abandonar as nossas terras, queremos deixá-las para nossos filhos e netos. O Xingu é um só”, afirma o manifesto *Uma flecha do Xingu para o mundo, pela #Amazônia*, divulgado ao fim do 4º Encontro da Rede Xingu +.

Realizado na aldeia kayapó Kubenkokre, Terra Indígena Menkragnoti (PA), em agosto, o vídeo protagonizado pela indígena O-é Kayapó Paiakan resumiu as exigências que estão no documento final dos xinguanos: chega de garimpo, de desmatamento, de incêndios criminosos, de invasões de terra, de veneno nos rios e alimentos. O-é deu voz, assim, às 130 lideranças de 15 povos indígenas e de ribeirinhos do Xingu que reunidos firmaram uma aliança pelo futuro da floresta e discutiram estratégias de defesa dos seus direitos e modos de vida.

A Rede Xingu + é uma articulação que luta pela proteção dessa região do Mato Grosso e Pará. As áreas protegidas da Bacia do Xingu estão na fronteira do

desmatamento. Só neste ano mais de 92 mil hectares de floresta foram derrubados na região, aumentando a pressão sobre o território. As queimadas criminosas, grilagem, mineração, roubo de madeira, avanço da agropecuária e obras de infraestrutura ameaçam a integridade da floresta e seus povos.

“Exigimos que se cancelem todos os projetos de lei ou de reforma da Constituição que pretendem liberar a mineração (PL 1.016/96) ou o arrendamento (PEC 187/343). Exigimos que sejam retomadas e fortalecidas as ações de fiscalização ambiental freando o avanço do desmatamento, os incêndios criminosos e a invasão dos nossos territórios como está acontecendo neste exato momento com apoio e incentivo do atual governo. Exigimos a desintrusão imediata de nossos territórios invadidos. Exigimos que parem de jogar toneladas de agrotóxicos em nossos rios e florestas, envenenando nossos alimentos e nossas famílias. Exigimos que o Governo pare de insultar as nossas lideranças e respeite sua legitimidade política”, diz o manifesto.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/33WsjMm>

Fora Garimpo, exigem lideranças Yanomami e Ye'kwana

Durante o fórum de lideranças, realizado na comunidade Watoriki, na Terra Indígena Yanomami (RR), em novembro, os Yanomami e Ye'kwana denunciaram a invasão de seu território por 20 mil garimpeiros. Eles relataram os graves impactos da extração mineral em suas terras e pediram ao governo que cumpra a lei e proteja o território.

As denúncias constam de carta divulgada após o término do fórum e foi endereçada às

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2OMf83q>

principais autoridades do Executivo e do Judiciário brasileiro. No

documento, as lideranças descrevem os diversos impactos da presença e atividade garimpeira na Terra Indígena Yanomami.

O Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana foi criado durante o processo de construção do Plano de Gestão Territorial Ambiental da Terra Indígena Yanomami (PGTAY) e é hoje a principal instância de tomada de decisão do território de mais de 9 milhões de hectares – a mais extensa terra indígena do Brasil. Dele participaram 116 lideranças de 26 regiões, representando 53 comunidades de todo o território. Também participaram sete associações da Terra Indígena.

Acordo de Alcântara desconsidera comunidades quilombolas

O Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), no Maranhão, continua a provocar polêmica ignorando a população quilombola que vive ali desde o século XVII. Inaugurado em 1983, foi ampliado dez anos depois. A construção da base implicou a remoção e reassentamento de quase 300 famílias quilombolas, sem qualquer indenização. Elas ainda sofrem com restrições de acesso ao mar, manguezais, igarapés e roças, locais de que dependem para sobreviver. Até hoje, não foi feito o licenciamento ambiental do CLA e, portanto, não foi possível precisar o conjunto dos impactos socioambientais.

Agora, o Congresso debate o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) da base de lançamento de foguetes de Alcântara, fechado pelo governo Bolsonaro com os Estados Unidos em março. Em agosto, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 523/2019 sobre o AST foi aprovado pelo plenário da Câmara. Irá depois ao Senado e, se aprovado, vai à sanção presidencial e em seguida deve ser ratificado pela Câmara. A previsão é que quase

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2N87U96> e
<https://isa.to/2IjzHDI>

800 famílias ou cerca de dois mil quilombolas sejam despejados por conta do acordo. O movimento



© ANA MENDES / IMAGENS HUMANAS

Quilombola da comunidade de Vista Alegre, que vive da pesca, a cerca de 60 quilômetros de Alcântara

quilombola reivindica que a votação seja adiada, a discussão seja ampliada com a sociedade e, sobretudo, que as comunidades quilombolas afetadas sejam consultadas.

O ISA tem acompanhado a tramitação da proposta em apoio aos quilombolas. Hoje, com mais de 22 mil habitantes, Alcântara tem a maior população quilombola do país. São mais de 200 comunidades. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, prometeu não pautar a ratificação do acordo pelo plenário sem um parecer do MPF.



Governo Bolsonaro, sem noção e sem respeito

O segundo semestre de 2019 foi marcado por mais arbitrariedades do governo de Jair Bolsonaro, o que ensejou notas de protesto e editoriais do ISA. Uma sucessão de declarações desastrosas e equivocadas especialmente na área socioambiental, acrescidas de perseguições e criminalizações, marcaram esse período.

A começar em agosto, quando 118 organizações da sociedade civil, o ISA entre elas, divulgaram uma nota de repúdio quando Bolsonaro declarou que ONGs estariam por trás das queimadas que explodiam na Amazônia. Em seguida, em reunião com governadores da Amazônia para discutir o combate ao desmatamento e às queimadas, ele atacou os direitos indígenas.

O ISA veio a público lamentar o que classificou como declarações cínicas atribuindo aos povos indígenas e às suas terras responsabilidades pelo escândalo florestal em curso. Em setembro, depois de discurso proferido por Bolsonaro na abertura da assembleia geral da ONU em Nova York, o ISA publicou o editorial “Sem noção”, considerando sua fala uma sucessão redundante de distorções sobre a situação socioambiental brasileira. “Bolsonaro não foi capaz de reconhecer, ou tratar objetivamente, nenhum dos problemas que afetam o país, sem esconder o seu desprezo pelos direitos dos índios e das demais populações tradicionais. Repetiu – agora em escala mundial – que as terras indígenas se destinam

a manter os seus habitantes em condições “pré-históricas”, fazendo tábula rasa das relações de contato desses povos com a sociedade nacional e dos inúmeros projetos que eles desenvolvem, para justificar a abertura dessas terras para a atuação de frentes predatórias.

Na última semana de novembro, em novo editorial, o ISA veio a público condenar a prisão de brigadistas voluntários que atuam em Alter do Chão, oeste do Pará, acusados de colocar fogo em uma Área de Proteção Ambiental (APA), para receber doações. Um desses brigadistas era funcionário do projeto Saúde e Alegria, organização reconhecida que atua na região do Tapajós há muitos anos prestando atendimento a populações ribeirinhas. Com esse pretexto, a sede do Saúde e Alegria foi invadida e seus computadores apreendidos. Um juiz local autorizou a prisão preventiva dos voluntários que, em menos de 24 horas, tiveram suas cabeças raspadas e foram encaminhados para o presídio local, sem prova efetiva de qualquer crime. “O principal responsável pelo aumento da devastação e da violência é o senhor Jair Bolsonaro”, diz o editorial, “que com sua retórica belicosa e medidas de desmonte das políticas socioambientais, incita predadores e criminosos locais a invadirem

áreas públicas e florestas protegidas e, ainda por cima, fabrica farsas para transferir sua culpa para outros brasileiros, que ele deveria, como presidente, antes de mais nada, respeitar”.

SAIBA MAIS EM:

<https://isa.to/2TPmy84>;
<https://isa.to/2mmIRH1>;
<https://isa.to/2lErRuu> e
<https://isa.to/2smlOh3>

Povos do Rio Negro definem como querem ser consultados

Em agosto, cerca de 100 lideranças indígenas das cinco regiões da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) – Baixo e Médio Rio Negro; Alto Rio Negro e Xié; Içana; Baixo Uaupés e Tiquié e Médio e Alto Uaupés –reuniram-se na Casa dos Saberes, em São Gabriel da Cachoeira, noroeste amazônico, para debater Protocolos de Consulta Prévia e traçar um plano de trabalho para a elaboração de um documento. A consulta é praxe entre os rionegrinos e faz parte do manejo do território, como por exemplo em pescarias ou migrações entre comunidades. É também parte central no modo pelo qual o movimento indígena constrói sua representatividade. Com apoio de assessoria jurídica, a reunião discutiu o direito

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2U5LPLI> e
<https://isa.to/36pxH4I>

à consulta prévia, livre, informada e de boa fé, conforme determina a Convenção 169 da Or-

ganização Internacional do Trabalho (OIT). Em novembro novo seminário reuniu os povos do Uaupés e Tiquié para dar continuidade à elaboração do protocolo.

O Brasil ratificou a Convenção em 2004. Dessa forma, o Estado tem o dever de consultar de maneira adequada as instituições representativas dos povos indígenas no caso de obras de infraestrutura, hidrelétricas, estradas etc, a serem implementadas em seus territórios e de políticas e legislações que os afetem direta ou indiretamente. Para além da consulta que deve ser realizada pelo Estado, há outras circunstâncias onde é necessário respeitar os processos internos de consulta e estruturas tradicionais de decisão dos povos indígenas, como nos casos de presença de missionários, parcerias com pesquisadores, projetos comunitários e entrada nas Terras Indígenas.

Índios Xikrin enfrentam invasores

Em um intervalo de apenas dez dias, entre 7 e 17 de agosto, imagens de satélite detectaram a reativação de um ramal nas TIs Apyterewa e Arawete/Igarapé Ipixuna, que expandiu nove quilômetros para dentro do território dos Xikrin em sua porção sudoeste. Cento e dezessete hectares foram desmatados ao longo do traçado da estrada. São frentes de ocupação ilegal que colocam em risco a segurança dos Xikrin da Terra Indígena Trincheira Bacajá, no sudeste do Pará, que registrava mais de 80 focos de desmatamento, acirrando conflitos entre invasores e índios.

Cansados de denunciar e esperar providências, um grupo de indígenas foi até a ocupação e confiscou equipamentos - como motosserras e armas de fogo. Em retaliação, os Xikrin receberam ameaças por mensagens de áudio acompanhadas de foto com dezenas de homens

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/345mLZN>



© LALO DE ALMEIDA

Ao menos 741 hectares de floresta derrubada foram detectados na Terra Indígena Trincheira Bacajá (PA)

armados, que supostamente iriam atacá-los. Por esse motivo, jovens Xikrin foram a Altamira para denunciar a situação ao Ministério Público Federal. Segundo eles, a Polícia Federal se comprometeu a fazer uma ação prioritária e imediata na Terra Indígena, onde as invasões têm aumentado nos últimos meses.

Pelos direitos dos povos isolados na Pan-amazônia

Organizações do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela se reuniram em Lima, Peru, em outubro, para discutir a situação de povos indígenas em isolamento na Amazônia e Gran Chaco, a partir de um documento apresentado em maio durante a 18ª sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas da Organização das Nações Unidas. Dessa reunião resultou um informe construído a partir do relato de 11 organizações locais sobre a situação dos povos isolados e de recente contato em suas áreas de atuação.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2P8o4C6>

A elaboração do relatório foi uma iniciativa apoiada pela instituição

não-governamental *Land Is Life*, que busca estabelecer parcerias com organizações de base para fortalecer e proteger direitos indígenas. O objetivo foi discutir com as organizações participantes e outros parceiros os próximos passos para criar uma rede de proteção aos povos indígenas isolados, já que os países em questão enfrentam desafios semelhantes para protegê-los: obras de infraestrutura, agronegócio, garimpos ilegais, narcotráfico, reversão ou ausência de políticas públicas específicas.

Ao final do encontro, os participantes redigiram e assinaram uma declaração que reafirma quais são os direitos desses povos já garantidos por leis e diretrizes internacionais.

Licenciamento ambiental, sem equilíbrio e sem consenso

Assim, as organizações da sociedade civil definiram, em nota, o projeto de Lei Geral de Licenciamento Ambiental apresentado em agosto, pelo relator, deputado Kim Kataguirí. “Deixou-se de lado o equilíbrio e o consenso para dar lugar a entendimentos às escuras, em detrimento da população”, diz o texto.

A última versão do Projeto de Lei n.º 3.729/2004 desconsiderou os acordos feitos durante reuniões de um Grupo de Trabalho formado para debater o tema e buscar consensos entre setores interessados. Durante as audiências públicas realizadas pelo GT entre junho e julho, do qual o ISA participou ativamente, foram ouvidos especialistas de setores como o agronegócio, a indústria, o governo, o Ministério Público, a comunidade científica e ambientalistas.

Os especialistas argumentam que o enfraquecimento das regras do licenciamento deve ampliar o desmatamento e o risco de desastres socioambientais, como os de Mariana

e Brumadinho (MG). Sem contar que os pré-acordos feitos com Kataguirí fo-

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/33wy10G> e
<https://isa.to/2IENkDH>



© FELIPE WERNECK/ASCOM/BAVA

Catástrofe socioambiental provocada pelo rompimento de barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG)

ram rompidos. Diante disso, a Frente Parlamentar Ambientalista apresentou um parecer alternativo que visa substituir o Projeto de Lei. De acordo com acadêmicos, sociedade civil, MPF e parlamentares a versão de Kataguirí torna o licenciamento ambiental uma exceção, e não regra no país.

Inédita, marcha de mulheres indígenas pede respeito

A primeira Marcha de Mulheres Indígenas, em agosto, levou 2.500 representantes de 130 povos às ruas da capital federal, pedindo respeito aos seus territórios, corpos e espíritos. Foi uma manifestação histórica, no momento em que povos indígenas e seus territórios são alvos de garimpeiros, madeireiros e grileiros incentivados pelo governo Bolsonaro.

O tema da marcha “Território, nosso corpo, nosso espírito”, foi definido em uma plenária, durante o Acampamento Terra Livre, realizado em abril. Elas caminharam cerca de quatro quilômetros - do acampamento montado por elas em frente a Funarte até o Congresso Nacional. Após a marcha, um grupo de 100 mulheres indígenas entrou no Congresso Nacional, e participou de sessão no plenário da Câmara dos Deputados.

“O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito”, explicam em documento divulgado ao final da marcha. “A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2Uv5ipe>



© DOUGILAS FREITAS/@ALASDERIVAS

Mulheres do Xingu na 1ª Marcha das Mulheres Indígenas

nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade,” afirma o manifesto. No dia anterior à marcha, as indígenas haviam ocupado o prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), contra a privatização, a municipalização ou estadualização da saúde indígena, e por melhores condições no atendimento. A ancestralidade e a transmissão dos saberes foi um dos pontos abordados no documento final.

Jovem ativista brasileira abre cúpula do clima da ONU

O governo Bolsonaro não teve direito a voz, mas o Brasil não ficou sem representante no evento. Paloma Costa Oliveira, 27 anos, uma das coordenadoras do Engajamundo e também assessora do ISA, participou da mesa de abertura da cúpula do clima em Nova York, ao lado do secretário-geral da ONU, Antonio Guterres e de dois outros jovens – o indiano Anurag Saha Roy e a sueca Greta Thunberg, fundadora do movimento Greve geral pelo Clima, que vem levando milhões de pessoas às ruas de várias cidades do mundo, às sextas-feiras, para cobrar de governos e empresas ações concretas imediatas contra as mudanças climáticas.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2ncxxfG>

Paloma foi selecionada para participar da reunião preparatória sobre



© SUMMIT CLIMATE 2019/ONU

Guterres, Anurag, Paloma e Greta na abertura da cúpula

mudanças climáticas da ONU realizada em Abu Dhabi e ajudou a secretária-geral da ONU a selecionar os jovens que participariam da cúpula do Clima em NY. Por sua atuação foi escolhida para abrir o evento. Foi escolhida para falar na abertura da reunião da ONU de hoje em função de sua trajetória.



© LEONARDO MILANG/ANI

A cantora, compositora e violonista Maria Gadú durante o Acampamento Terra Livre de 2019

O que restou da Funai

Em novembro, o ISA publicou reportagem especial detalhando como ficou a Fundação Nacional do Índio (Funai) depois de 100 dias de gestão Bolsonaro. Os responsáveis diretos pela demarcação de Terras Indígenas (TIs) - a diretora de Proteção Territorial, Silmara Veiga de Souza e o coordenador-geral de Identificação e Delimitação, Adriano Quost, áreas estratégicas do órgão - foram exonerados em apenas dois dias. Ambos foram nomeados e exonerados por Marcelo Augusto Xavier da Silva, que chegou à presidência da Funai no final de julho. A nomeação de Silmara foi criticada por organizações indígenas por ela ter atuado como advogada contestando administrativamente a demarcação da TI Ka'aguy Hovy, em Iguape (SP). Silmara e Quost ficaram no cargo, respectivamente, dois meses e 41 dias. Foram destituídos após a abertura, entre agosto e outubro, de três Grupos de Trabalho (GTs) para identificação de TIs. A decisão de criar os grupos foi tomada por determinação judicial. Se Xavier não o fizesse, poderia ser processado.

As exonerações fazem parte do que é considerada por servidores como a mais profunda intervenção na nomeação de cargos já ocorrida na Funai, em décadas. Não se trataria apenas, porém, da troca em grande número

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/32D4dhx>

de postos. Feitas sem critérios, além do ideológico, as mudanças estariam colocando em risco o dia a dia da máquina administrativa. Sob a condição de anonimato, o ISA conversou com vários técnicos, de áreas e tempo de carreira diferentes, para entender o que se passa. Entre outubro e novembro foram 112 mudanças, entre nomeações, exonerações e trocas entre funções de confiança, conforme levantamento do ISA feito no Diário Oficial da União (DOU).

Foram trocadas ainda três diretorias - de Proteção Territorial (DPT), de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) e de Administração e Gestão (Dages) e seus coordenadores, além do diretor do Museu do Índio (RJ), do procurador-chefe, do ouvidor e três coordenadores regionais.

O coordenador-geral de Índios Isolados, Bruno Pereira também foi exonerado. Com nove anos de experiência, ele foi responsável, em março, pela maior expedição de contato com índios isolados em 20 anos, no Vale do Javari (AM). E apoiou, só neste ano, duas grandes operações contra garimpos em TIs: também no Vale do Javari, em abril; e na TI Yanomami (RR/AM), entre setembro e outubro. Vamos lembrar que o presidente incentiva o garimpo e defende mineração em Terras Indígenas. Um projeto de lei tramita no Congresso para regulamentar a atividade, hoje proibida pela Constituição.

Governo extingue comitê que cuidava de ações de Belo Monte

Ao lado de outros comitês que incluíam a participação da sociedade civil, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) também foi extinto pelo atual governo, e seus projetos foram paralisados. Criado em 2010, o PDRSX tinha como objetivo investir no desenvolvimento sustentável da região afetada pela construção da usina de Belo Monte, trazendo toda sorte de incertezas sobre o futuro da região. Era financiado com recursos da hidrelétrica.

O comitê gestor do PDRSX era um espaço intersetorial que reunia 15 membros titulares dos órgãos governamentais,

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/34L2d8Y>

das esferas federal, estadual e municipal e mais 15 representantes da sociedade civil – do setor empresarial, sindicatos patronais e de trabalhadores dos setores urbano, rural e pesqueiro, comunidades indígenas, organizações não governamentais, o ISA entre elas, e instituições de ensino e pesquisa. Ao extingui-lo, o atual governo colocou em xeque um trabalho de oito anos, em que a sociedade civil, incluindo indígenas e ribeirinhos, tinha voz na tomada de decisões. Sua extinção também resultou na suspensão de novos editais para apresentação de projetos até a definição, pelo governo federal, de que forma e onde os recursos serão aplicados.

Amazônia no Centro do Mundo

O encontro Amazônia Centro do Mundo reuniu em Altamira (PA), em novembro, mais de 300 pessoas entre indígenas, ribeirinhos, quilombolas, jovens ativistas pelo clima, cientistas, pesquisadores e movimentos sociais para um debate sobre soluções sustentáveis para a floresta e firmar seu compromisso em defesa da Amazônia. O cacique Raoni Metuktire, liderança histórica do povo Kayapó, pediu paz. “Estou aqui para defender a Amazônia e pedir que todos tenham calma, que a paz venha até nós. Venho para pedir que os não indígenas respeitem nossas matas, porque a floresta é a nossa vida. Eu não quero violência”. Um manifesto, divulgado ao fim do encontro e lido por nove mulheres indígenas, ribeirinhas, quilombolas e representantes de movimentos sociais alerta: “Diante da catástrofe em curso, nós, movimentos sociais e sociedade organizada, povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, cientistas e ativistas climáticos do Brasil e do Mundo vencemos muros e barreiras para unirmos nossas vozes em torno de um objetivo comum: salvar a floresta e lutar contra a extinção das vidas no planeta”. Durante dois

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2OQOsOV>



© LILIO CLARETO/ISA

No Pará, movimentos ligados ao meio ambiente debateram a crise climática, o aquecimento global e o desmatamento

dias, os participantes puderam expor demandas e ideias pelo futuro da floresta em grupos de trabalho e diversos espaços no evento. “Liberdade e democracia só se faz quando há respeito às diferenças. Importantes momentos como esse onde paramos para escutar uns aos outros com respeito”, disse Dom João Muniz, bispo da Prelazia do Xingu. O encontro terminou com uma marcha pelas ruas de Altamira até o Parque Igarapé Altamira, onde foram plantadas dezenas de mudas de árvores em homenagem às vítimas da violência e aos defensores dos direitos humanos.

Comunicadores indígenas do Rio Negro contam sua história

Quinze jovens comunicadores integrantes da Rede Wayuri participaram em agosto, na Ilha Duraka, Terra Indígena Médio Rio Negro I, em São Gabriel da Cachoeira (AM), de mais uma oficina de formação para trabalhar técnicas de audiovisual com foco na prática de reportagens e documentários. E produziram seu primeiro vídeo documentário para contar sobre o trabalho precursor desse coletivo que teve início em novembro de 2017. Com o propósito de contar suas próprias histórias, os comunicadores indígenas produzem mensalmente desde novembro de 2017 o boletim de áudio Wayuri, um podcast que dá notícias sobre a cultura, educação,

© ANA TUI/ISA



Comunicadores indígenas de 10 etnias do Rio Negro participam da III Oficina de Comunicadores da Rede Wayuri

saúde, eventos e trabalhos das comunidades ligadas à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). Divulgado por WhatsApp e via aplicativos, tem correspondentes em comunidades de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/33DOrV5>

Em Berlim, o encontro visual entre dois mundos

Em setembro, a fachada do novo prédio do Humboldt Forum, em Berlim, no castelo de Berlim, no centro da cidade, abrigou a projeção do ciclo anual no Rio Tiquié, como parte de um programa de atividades, em comemoração aos 250 anos de nascimento de Alexandre Von Humboldt. O castelo

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2ohPXvT>

deverá ser inaugurado

integralmente em 2020. Quando estiver concluído será um grande museu etnológico e espaço cultural que pretende colocar em prática algumas das ideias desenvolvidas por Humboldt, relacionadas à produção de conhecimentos e a interculturalidade.

A projeção abriu ao público berlinense um espaço de encontro visual entre dois mundos. A participação brasileira no evento é o desdobramento de uma colaboração iniciada há pouco mais de um ano entre o Museu de Etnologia de Berlim, o ISA e Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (Aimas) e conhecedores indígenas do Alto Rio Negro. Envolve também artistas indígenas e não indígenas, assim como etnólogos brasileiros e alemães. Juntos traduziram mitos indígenas sobre as constelações e o ciclo anual em uma narrativa visual, criando uma tensão entre as formas modernas do edifício e a complexidade da imaginação indígena sobre o tempo, o ecossistema e os rituais.

Essa obra original e única é resultado de um trabalho, que se iniciou em 2005, de manejo ambiental no Rio Tiquié e que se expandiu há três anos para outras regiões do Médio e Alto Rio Negro – em parceria entre o ISA, organizações, escolas e comunidades indígenas e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).



© THIAGO DA COSTA OLIVEIRA

Da esq. p/ dir: Damião A. Barbosa (Yepamahsâ), Félix R. Barbosa (Yepamahsâ) e Ismael P. dos Santos (Desana) em frente a projeções no Fórum Humboldt na Alemanha



© CHRISTIAN BRAGA/ISA

Povo Kisêdjê se apresenta na aldeia Khinkatxi durante festa dos 20 anos da demarcação da TI Wawi

Kisêdjê festejam 20 anos da retomada de seu território

A festa só terminou ao amanhecer. Cantos e danças vararam a noite na aldeia Khinkatxi, na Terra Indígena Wawi, no leste do Mato Grosso, em outubro. Mais de duzentas pessoas entre indígenas e convidados participaram das comemorações e relembrou a luta dos mais velhos pela recuperação e proteção de suas terras. Na *ngo*, casa dos homens, lideranças Kisêdjê, Kawaiwete e Yudja reafirmaram sua união em defesa do Xingu e da Amazônia. Afastadas as ameaças de invasões e a insegurança fundiária de antes da demarcação, hoje os problemas são outros, como o avanço do desmatamento e o uso de agrotóxicos no entorno.

Com câmeras e celulares nas mãos, os jovens escutavam atentos os relatos das lideranças. O cacique Sadea, do povo Yudja, foi firme: “Vocês estão escutando essas histórias? Vocês têm que prestar atenção para continuar a nossa luta pelo que é mais importante: a terra. Vamos cantar e dançar até o amanhecer lembrando a nossa luta”.

O território tradicional dos Kisêdjê foi sendo tomado ao longo de muitos anos por fazendas de gado e pescadores, provocando desmatamento, assoreamento dos rios e violência na região. O sonho de voltar e a preocupação com o território ensejaram uma série

de expedições pela região do Rio Suiá Missu durante a década de 1990. Nelas, os indígenas apreenderam pescadores e invasores, a fim de pressionar o governo pelo reconhecimento de seus direitos. Em 1994 tomaram o controle do Rio Wawi, um afluente do Suiá Missu, e reivindicaram o reconhecimento daquela região como Terra Indígena.

Os Kisêdjê viveram por décadas no Parque Indígena do Xingu, mas sempre voltavam para a região do Suiá Missu para coletar pequi, mangaba e outros produtos. “O Xingu é bonito, cheio de praia mas não é o que eu queria. O lugar que eu queria e que é meu é esse aqui, sempre foi. Nunca esquecemos a nossa terra”, conta o cacique Kuiussi, que liderou o movimento pela retomada do território. Ele foi até Brasília e conta que recusou-se a apertar a mão de Júlio Gaiger, então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), até que ele se comprometesse a demarcar a terra: “Eu falei que só pegaria na mão quando ele desse a palavra de que faria a demarcação”. Vitoriosos nessa empreitada, a TI Wawi foi homologada em 1998. E a luta continua: contra o desmatamento, o envenenamento dos rios e do território pelos agrotóxicos das lavouras das fazendas do entorno.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/37014LR>



© JULIANA RADLER/ISA

Cerca de 250 participantes da juventude indígena do rio Tiquié debateram políticas públicas em Pari-Cachoeira (AM)

Jovens indígenas do Alto Rio Negro debatem futuro da região

A preocupação dos jovens indígenas do Alto Rio Negro com o futuro do seu território e a defesa de direitos não é nova. Em 2002, quando realizaram seu primeiro Congresso, pouco se falava de protagonismo político da juventude e participação nos espaços de decisão. Tampouco existia o Estatuto da Juventude, que tornou obrigatória a realização de políticas públicas dirigidas às pessoas com idade entre 15 e 29 anos no Brasil.

Dezessete anos depois, após avanços e lutas, a Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) sediou o II Congresso da Juventude Indígena do Rio Negro. 256 jovens indígenas de 15 etnias reuniram-se na Casa do Saber (Maloca da Foirn), nos primeiros dias de dezembro, em São Gabriel da Cachoeira (AM), para debater os principais desafios e perspectivas para o futuro. Garimpo, mineração e emergência climática estiveram entre os principais assuntos. Com o lema “Tecendo novos horizontes a partir de sonhos e lutas”, o Congresso teve ampla participação dos adolescentes e jovens das escolas da área urbana de São Gabriel, das Terras Indígenas e dos municípios vizinhos de Santa Isabel

do Rio Negro e de Barcelos na área de abrangência da Foirn, que engloba 750 comunidades indígenas. O Congresso teve o apoio e parceria do Instituto Socioambiental (ISA), Funai, Unicef, Secretaria de Educação do Amazonas, da Embaixada da Noruega e da União Europeia.

Como preparação para o Congresso, 250 jovens indígenas do Rio Tiquié, na fronteira com a Colômbia, representando 12 etnias, reuniram-se, em novembro, em Pari-Cachoeira para debater políticas públicas, participação política e o Sínodo da Amazônia. Organizado pela Foirn, o encontro teve o apoio do ISA e reuniu sugestões e propostas para compor a pauta do Congresso. Divididos em grupos de trabalho, os jovens listaram o que consideraram como necessidades para suas vidas, assim como sonhos e desejos. As principais demandas estão relacionadas à infraestrutura na região e à melhoria de equipamentos públicos, como quadras esportivas, campos de futebol, centros comunitários, vias públicas do distrito, energia elétrica, saneamento básico, coleta de lixo (reciclagem) e comunicação. Na área de educação os jovens reforçaram a necessidade de cursos técnicos, ensino superior intercultural, transporte escolar entre outras reivindicações.

SAIBA MAIS EM:

<https://isa.to/2LPKVzj> e
<https://isa.to/2QLGnxM>



© VICTOR L. CAETANO ANDRADE/MAX PLANCK INSTITUTE FOR THE SCIENCE OF HUMAN HISTORY



© FELIPE WERNECK/ASCOM/IBAMA

Queimada no município de Candeias do Jamari (RO) e madeira ilegal retirada da Reserva Biológica do Gurupi e das Terras Indígenas Caru e Alto Turiaçu (MA)

Fogo e desmatamento ameaçam áreas protegidas e índios isolados

O número recorde de incêndios que atingiu a Amazônia principalmente a partir de agosto chamou a atenção do planeta e foi objeto de análises do Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA mostrando as Terras Indígenas e Unidades de Conservação mais atingidas. Entre 20 de julho e 20 de agosto, foram 33.060 focos de calor na Amazônia Legal no Brasil. Também a degradação florestal em decorrência de roubo de madeira e o desmatamento foram analisados pela equipe. As dez Terras Indígenas (TIs) mais afetadas pelos incêndios foram o Parque Indígena Araguaia (TO), e as TIs Pimentel Barbosa (MT), Parabubure (MT), Apyterewa (PA), Marãiwatsédé (MT), Kayapó (PA), Areões (MT), Kanela (MA), Mundurucu (PA) e Pareci (MT).

Ao todo, foram 3.553 focos de calor em 148 Terras Indígenas da Amazônia brasileira. Nas Unidades de Conservação, a situação não foi melhor: 7.368 focos de calor registrados em 118 UCs. As dez UCs com mais queimadas entre 20 de julho e 20 de agosto foram: a Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu (PA), a Floresta Extrativista Rio Preto-Jacundá (RO), a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim (PA), a Reserva Extrativista (Resex) Jaci Paraná (RO), o Parque Estadual (PES) do Mirador (MA), a APA do Tapajós (PA), a Estação Ecológica (Esec) da Terra do Meio (PA), a Flona de Altamira

(PA) e o PES de Guajará-Mirim (RO). O levantamento indicou que dos 33.062 focos, 22.141 (67%) aconteceram fora de UCs e TIs e 10.921 (33%) dentro delas.

Em novembro, em parceria com o Joint Research Centre, da Comissão Europeia, o ISA divulgou análise mostrando que a degradação florestal, ou seja, o empobrecimento gradual da floresta devido ao corte seletivo promovido pelos madeireiros que retiram apenas as árvores mais nobres, é de difícil detecção pelos satélites. O estudo focou em áreas nos estados de Mato Grosso, Pará e Maranhão e nas Terras Indígenas Alto Rio Guamá (PA), Alto Turiaçu (MA), Awá (MA), Caru (MA), Araribóia (MA), Arara do Rio Branco (MT), Kawahiva do Rio Pardo (MT) e Piripkura (MT). Mato Grosso e Maranhão são regiões amazônicas pressionadas por altas taxas de desmatamento. Ambos estão entre os principais centros de produção de madeira e abrangem municípios dominados por serrarias e pela extração ilegal de madeira.

Em alguns territórios, a degradação já compromete quase a sua totalidade. Na TI Alto Rio Guamá (PA), esse número chega a 85%. A TI Araribóia, palco do assassinato do guardião da floresta Paulo Paulino Guajajara em 1º de novembro, tem 38% da floresta remanescente comprometida, enquanto a TI Arara do Rio Branco, 28%. A Terra Indígena Awá, que abriga índios isolados, tem 92% da floresta re-

manescente degradada. Os índios isolados recusam o contato com não indígenas e dependem intrinsecamente das florestas para sobreviver.

Levantamento do ISA mostrou que incêndios, degradação e desmatamento afetam seus territórios. Foram contabilizados 3.699 focos de incêndio em territórios com a presença de isolados. Os mais atingidos foram a Florex Rio Preto-Jacundá com 1.538 focos, o Parque Nacional (Parna) do Araguaia

com 239, a Esec da Terra do Meio com 188, o Parque Indígena do Xingu com 179 e a TI Kayapó com 160.

SAIBA MAIS EM:

<https://isa.to/2TZ1pIX>;
<https://isa.to/2UsWNe1> e
<https://isa.to/2QJGV7a>

O “EFEITO BOLSONARO” NA DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA

Em dezembro, o ISA deu início a uma série especial para analisar o “efeito Bolsonaro” no aumento da destruição da maior floresta tropical do planeta. A primeira reportagem focou nas Unidades de Conservação (UCs). A segunda, na Bacia do Xingu, a terceira aborda o desmatamento em Terras Indígenas.

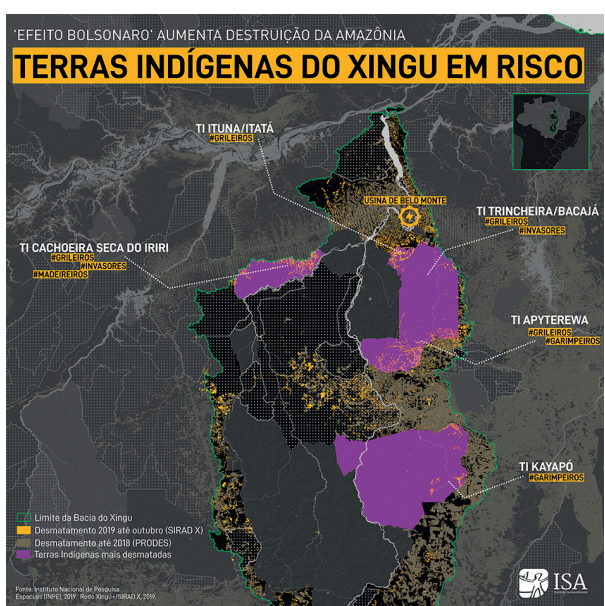
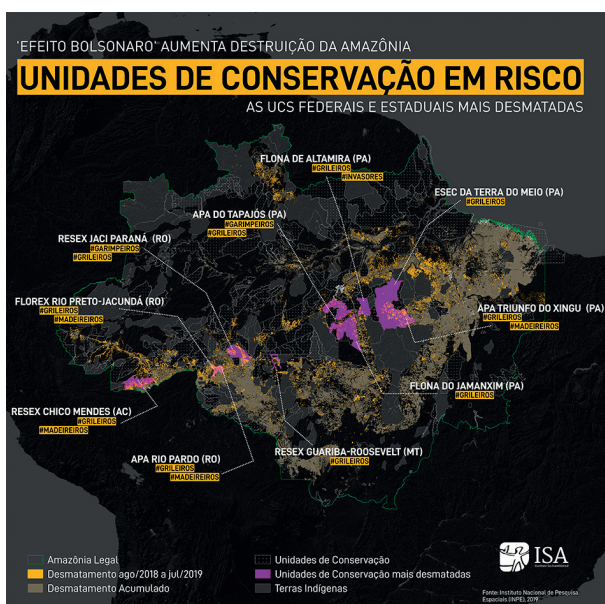
Floresta à venda - A primeira reportagem mostra como o novo discurso do governo aqueceu o mercado ilegal de terras públicas e impulsionou o desmatamento em UCS. Análise feita a partir dos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indica um aumento de 69% do desmatamento em UCs federais e de 24% em UCs estaduais.

Os dados consideraram o desmatamento entre agosto de 2018 e julho de 2019. Ainda assim, as áreas protegidas continuam funcionando como importantes barreiras contra o avanço da destruição. Redução da fiscalização, discursos pró-desmatamento do presidente e intenção de diminuição de áreas protegidas estimularam a alta e se somaram a problemas históricos que já ocorriam em algumas regiões críticas. Propostas de alteração de limites das reservas criaram uma corrida para roubo de terras públicas: a grilagem. A perspectiva de impunidade movimentou a expectativa das pessoas e estimula o roubo de terras. É o caso da Flona do Jamanxim, no entorno da BR-163, no Pará, campeã, entre as UCs federais, do desmatamento no período, com 10.097 hectares derrubados. Há um projeto de lei em tramitação para sua redução.

Terras Indígenas do Xingu em risco - A segunda reportagem da série mostra que as 28 Terras Indígenas (TI) na Bacia do Xingu e os povos indígenas que a habitam estão em risco. Entre janeiro e outubro deste ano, mais de 24 mil hectares de floresta foram derrubados ilegalmente dentro de TIs, 61% a mais do que no mesmo período de 2018. Grilagem de terras, garimpo, roubo

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2EdnJYh>

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/3438WJZ>



de madeira, grandes obras de infraestrutura e avanço da agropecuária são os vetores. A taxa de desmatamento em Áreas Protegidas na região aumentou 60% no período entre janeiro e outubro de 2018 e 2019. Enquanto a taxa total na bacia aumentou apenas 8% no mesmo período.

O deslocamento do desmatamento para os territórios protegidos é novamente atribuído por pesquisadores à sensação de impunidade e expectativa de regularização das atividades ilegais. A Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri (PA), campeã de desmatamento entre janeiro e outubro, teve 6.997 hectares desmatados, sendo 1,5 mil só no último mês. A TI Apyterewa, também no Pará, com 6.903 hectares derrubados no período, foi a segunda colocada de toda a Amazônia Legal.

A TI Ituna Itatá, morada de isolados, ficou logo atrás, com pouco mais de cinco mil hectares desmatados. Na Terra Indígena Trincheira Bacajá (PA), entre janeiro e outubro foram desmatados 3.532 hectares, 73% a mais do que todo o desmatamento de 2018 na região. As quatro lideram o ranking no ano e todas foram diretamente impactadas pela usina hidrelétrica de Belo Monte. Os dados são do 15º boletim Sirad X, sistema de monitoramento de desmatamento da Rede Xingu +, articulação de indígenas, ribeirinhos e seus parceiros que vivem ou atuam na Bacia do Xingu. A análise da Rede corrobora os dados espaciais do Prodes 2019 referentes a estimativa do desmatamento no período agosto de 2018 a julho de 2019. Ainda que os períodos analisados sejam diferentes, em ambos os monitoramentos, as TIs no Xingu lideram o ranking de mais desmatadas.

Maior ataque em 11 anos - A terceira reportagem da série aborda as investidas contra uma das principais barreiras responsáveis por conter o avanço da fronteira agropecuária – Terras Indígenas (TIs). Elas, ao lado das Unidades de Conservação, seguem mais importantes do que nunca, mas estão sob o maior ataque em 11 anos.

A destruição da floresta nas TIs amazônicas chegou a 51 milhões de árvores ou 42,6 mil hectares destruídos, entre agosto de 2018 e julho de 2019 (um



© IULO CLARETO/ISA

Transporte de madeira proveniente de desmatamento ilegal na estrada que liga Uruará ao porto Maribel (PA)

hectare corresponde, mais ou menos, a um campo de futebol). Em extensão desflorestada, é o maior número desde, pelo menos, 2007-2008, último período com dado anual disponível - para anos anteriores, só é possível acessar o total acumulado. Também corresponde a uma alta de 174% em relação à média entre 2008 e 2018: 15,5 mil hectares.

Na comparação com 2017-2018, o aumento (+80%) equivale a 2,7 vezes ao da taxa preliminar do desmatamento de toda a Amazônia (+29,5%) divulgada pelo governo, em novembro. A situação parece ainda mais grave quando lembramos que, no ano passado, a alta da destruição de florestas nas TIs já tinha sido de mais de 100%. A grilagem de terras, o garimpo ilegal e o roubo de madeira seguem como os principais vetores do problema. Outro são as grandes obras de infraestrutura, por aquecer a imigração e a economia local, os quais estimulam o mercado ilegal de terras e madeira.

Ainda assim, uma análise feita pelo ISA em 207 TIs na Amazônia, de um total de 424, mostra que só 1,3% dos mais de 78 milhões de hectares das áreas estudadas foi desmatado. A grande maioria delas (75%) perdeu menos de 10% de florestas. Entretanto 20% já perderam quase metade de sua cobertura florestal e 5% praticamente não a possuem mais. Os números foram obtidos com base nos dados oficiais do Prodes-Inpe.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2EpcdZU>



© CLAUDIO TAVARES/ISA

Gabriele e Oswaldo, filha e pai, na 12ª Feira de Sementes dos Quilombolas do Vale do Ribeira

Roças tradicionais quilombolas ganham presença jovem

A tradicional Feira de Troca de Sementes e Mudanças dos quilombolas do Vale do Ribeira (SP), realizada em agosto, em Eldorado, no Vale do Ribeira (SP), contou este ano com expressiva participação da juventude. No seminário, que antecedeu a feira, 70 jovens estiveram presentes, representando 30% do público, revelando a força da nova geração quilombola. Oswaldo dos Santos, do quilombo Porto Velho, é um antigo conhecido de quem frequenta as feiras de sementes. Produtor de mel, rapadura, arroz, taiada (um doce à base de rapadura, farinha de mandioca e gengibre) e tantos outros alimentos da roça, ele fala sobre os produtos como ninguém. Aprendeu com os pais tudo sobre o feitiço de cada um deles. Este ano ele teve a companhia de sua filha, Gabriele Miranda, que estuda pedagogia na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba (PR). A cidade fica a apenas 214 quilômetros de Eldorado. “Quando saí da comunidade percebi o quanto é importante valorizar o alimento quilombola”, disse durante a mesa Sementes Tradicionais e Soberania Alimentar, que abriu a série de eventos da feira.

Em evento paralelo à feira, a oficina Sabores da Roça, com a coordenação de mulheres do Qui-

lombo São Pedro e participação do movimento Slow Food Brasil e do Instituto Brasil a Gosto, foi uma demonstração de que o alimento quilombola, produto orgânico de roças tradicionais, carrega a ancestralidade das sementes e valoriza a história dos quilombos do Vale do Ribeira – bem como a resistência das mulheres.

As preparações contaram com taioba, banana pacova, mandioca, mamão verde, cará, abóbora e derivados de cana de açúcar, como melado e rapadura. Tudo veio da roça e fez reviver a força da cozinha tradicional. Além de fortalecer o Sistema Agrícola Tradicional Quilombola, que foi reconhecido em 2018 como patrimônio cultural do Brasil.

A luta pelo território e pelo alimento limpo, porém, segue entre os quilombolas. A questão das licenças para o plantio tradicional, que motivou a campanha #TáNaHoradaRoça continua presente no dia a dia das comunidades. “O modelo está espremendo a gente para voltar a ser escravo”, apontou Benedito Alves da Silva, o Ditão, do Quilombo Ivaporunduva. “Não é escravo de chicote, mas é escravo mesmo assim.”

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2TPvieD>



Casa tradicional Ikpeng troca cobertura de sapé por injá, com menor potencial para queimar

Meta no Xingu é incêndio zero

Preocupados com a floresta e o fogo que se alastrava, sem controle, os índios Ikpeng do Território Indígena do Xingu (TIX) passaram a agir fazendo com que o fogo que atingiu grandes porções da Amazônia em 2019 não chegasse em seu território. Desde 2010, os indígenas têm adaptado suas práticas tradicionais às mudanças do clima, e tomado medidas para prevenir incêndios acidentais por conta do uso do fogo. Os indígenas sempre usaram o fogo para o plantio, no manejo de suas roças tradicionais e em outras atividades como coletar materiais para construção das casas – como o sapé para a cobertura – e em suas pescarias. Mas nos últimos anos, eles começaram a perceber mudanças na mata. Antes úmida, tornou-se seca e inflamável, fazendo com que o fogo saísse do controle. Após um grande incêndio em 2010, eles resolveram alterar algumas de suas práticas.

Com o apoio do ISA, as comunidades encamparam o projeto “Manejo do Fogo”, que trabalha com o manejo de fogo junto aos povos do Médio, Baixo e Alto Xingu, dentro do TIX. Em 2015, esse trabalho se intensificou com aporte do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima. Além de articulações com o PrevFogo, e ações transversais em todo o território, a equipe do ISA atuou diretamente com ações no chão e construção de acor-

dos comunitários em aldeias dos povos Ikpeng, Kawaiwete, Yudja, Trumai, Wauja e Matipu. Em todos esses lugares, houve redução do número dos focos de calor nos últimos anos. O projeto também trabalha com monitoramento dos focos de calor e área impactada, via informações de satélite.

O desmatamento no entorno do TIX, aliado às mudanças climáticas globais, alterou também o ambiente dentro do território indígena, o único lugar onde sobrou floresta, e o fogo passou a se alastrar, sem controle.

Os indígenas descobriram onde estavam os problemas e onde poderiam encontrar as soluções. A partir daí, foram testando outras maneiras de trabalhar com o fogo. Assim, surgiram novas práticas de manejo. Que funcionaram. Em 2010, no Médio e Baixo Xingu, regiões alvo do projeto, cerca de 100,2 mil hectares viraram cinzas. No ano seguinte, esse número caiu para 16,5 mil ha. Em 2016, quando o Alto Xingu teve 210 mil hectares queimados, o Médio e Baixo tiveram apenas sete mil. Em 2018, as regiões do Médio e Baixo Xingu, dentro do TIX, zeraram o número de incêndios. Em 2019, mesmo com o pico do fogo em toda a Amazônia, essa parte do Xingu teve apenas 1.600 hectares queimados.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/33SNvf5>



© LEO MARTINS

Festival pelos Povos da Floresta põe na mesa ingredientes da resistência de indígenas, extrativistas e quilombolas

Festival leva sabores da floresta para restaurantes

Povos indígenas, comunidades extrativistas e quilombolas são especialistas quando o assunto é produzir sem destruir, mantendo o maior patrimônio do Brasil: nossas florestas, em pé. Eles estão desenvolvendo uma nova economia que exalta com orgulho a biodiversidade do país, cada vez mais ameaçada pelos incêndios, roubo de madeira, grilagem de terras e garimpo ilegal de ouro.

Em dezembro, o Instituto Socioambiental (ISA) e a rede Origens Brasil®, com apoio da União Europeia, promoveram o Festival pelos Povos da Floresta, uma iniciativa para valorizar e ajudar a estruturar as cadeias produtivas das comunidades do Vale do Ribeira (SP), Xingu (MT e PA) e Rio Negro (AM e RR). Há anos as comunidades enfrentam o desafio de construir uma relação positiva com o mercado para escoar sua produção de castanhas, farinhas, especiarias, óleos, mel e outras delícias. Durante uma semana, oito restaurantes e bares de São Paulo ofereceram receitas preparadas com esses ingredientes. Participaram do evento os restaurantes Balaio, Banzeiro, Dalva e Dito, Jojo Lab, Rainha (Mercado Municipal de Pinheiros) e Tordesilhas, além da confeitaria Marília Zylbersztajn e da padaria e delicatessen Deli Garage.

No dia 14, coroando a iniciativa, uma feira no Mercado de Pinheiros, em SP, apresentou todos os produtos da economia da floresta, com destaque para o lançamento do Chocolate Yanomami, produzido com cacau nativo da Terra Indígena Yanomami – uma importante aposta para gerar renda em um território ameaçado pelo avanço do garimpo ilegal. Um dos aspectos dramáticos da invasão garimpeira é que ela atrai jovens indígenas em busca de renda para comprar bens que foram se tornando necessidades correntes, de roupas a celulares, passando por panelas e alimentos. Além de tirar pessoas da cultura tradicional, a adesão ao garimpo acaba legitimando a ação dos invasores.

Frente a cenários assim, colocar ingredientes da floresta no prato dos restaurantes traz visibilidade, ajuda a assegurar os direitos das populações envolvidas, a manutenção e valorização de seus conhecimentos com geração de renda e promoção da qualidade de vida. Além de provar que o Brasil que todo mundo quer é diverso, gostoso e faz bem. Parte dos produtos pode ser encontrada na loja online do ISA, que entrega para todo o país, e em São Paulo no Instituto Feira Livre e Instituto Chão.

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/2rTSnmz>

Yanomami produzem quantidade recorde de cogumelos

A ciência até hoje não sabe dizer se um cogumelo é comestível ou não. Os Yanomami sabem e, em três anos, identificaram e coletaram oito toneladas de cogumelos nativos da Amazônia para comercialização. A venda gerou até agora cerca de R\$ 250 mil, inteiramente revertidos para 21 comunidades Sanõma, subgrupo Yanomami da região de Awaris, no noroeste da Terra Indígena Yanomami. O projeto é gerido pela Hutukara Associação Yanomami, que representa os coletores e faz a comercialização.

Essa área sofre com a escalada do garimpo ilegal de ouro. Yanomami e Ye'kwana não querem

SAIBA MAIS EM:
<https://isa.to/33fDM2G>

garimpo e nem mineração em seu território. A região de Awaris, onde o

projeto é realizado, é uma das mais isoladas da Terra Indígena Yanomami, o que torna difícil o acesso às ferramentas necessárias para realização de atividades básicas para sua organização social como abertura de roças, pesca, caça e utensílios de uso doméstico (panelas, facas). Assim, o projeto de comercialização dos cogumelos tem permitido adquirir esses bens garantindo a autonomia e a gestão dos recursos em função das suas estratégias de reprodução social. O Cogumelo Yanomami recebeu o selo Origens Brasil, que promove relações comerciais éticas e transparentes entre quem produz e quem compra, e conquistou chefs do Brasil e do exterior. Motivo de orgulho entre os indígenas, ele é vendido em mercados e empórios espalhados pelo país, nos Estados Unidos e na França.

Muvuca de sementes ganha espaço na Mata Atlântica

Há três anos se iniciava a coleta de sementes florestais, por moradores do Quilombo Nhunguara, situado entre os municípios de Eldorado e Iporanga. Naquele ano, Maria Tereza Vieira, 42 anos, quilombola, produtora de mudas e agora coletora de sementes florestais, participou da celebração dos 10 anos da Rede de Sementes do Xingu, no Mato Grosso, e voltou ao Vale do Ribeira acreditando que essa história tinha potencial para ser replicada. Deu tão certo que outras três comunidades quilombolas se envolveram na criação da Rede e a quantidade de sementes comercializadas aumentou em quase nove vezes. Atualmente, 27 quilombolas fazem parte da Rede.

No segundo semestre, as atividades foram intensas. Os coletores participaram de oficinas sobre coleta, beneficiamento e armazenamento de sementes, facilitadas por outros coletores e por universidades. Além disso, foram estabelecidas parcerias com o Instituto Técnico Federal de Registro, para a elaboração de projeto técnico para construção de casa de sementes a partir da técnica de taipa de pilão, obra



© CLAUDIO TAVARES/ISA

Coletores quilombolas de sementes florestais do Vale do Ribeira reunidos em oficina

prevista para o início de 2020. A Universidade Estadual Paulista – Unesp, também se tornou parceira do grupo, inicialmente disponibilizando área em seu campus de Registro para testes sobre o desenvolvimento da semeadura direta na Mata Atlântica, onde, em novembro, foi plantada a primeira muvuca do Vale do Ribeira. As sementes da região foram enviadas para mais de 20 áreas a serem restauradas no Estado de São Paulo e Minas Gerais em 2019.

No Rio Negro, turismo e alimentos da roça andam juntos

Merenda escolar e turismo de base comunitária caminham lado a lado para indígenas de algumas comunidades do Médio Rio Negro, no noroeste amazônico. Ivânia Melgueiro Baltazar, indígena Baré da comunidade Cartucho, Terra Indígena Rio Negro II, é agricultora e também coordenadora de receptivo das expedições Serras Guerreiras de Tapuruquara. Projeto de turismo que acontece em cinco comunidades dessa região, entre Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Para ela, cultivar roça tradicional e receber turistas têm muito em comum. Valoriza a cultura e o alimento. Tudo isso é novo, recente.

O turismo indígena nessas comunidades acontece há três anos, e as entregas de produtos das roças para a merenda escolar apenas começaram. Na comunidade Cartucho, vivem cerca de 40 famílias com raiz milenar fincada na agricultura. Suas práticas e saberes fazem parte do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, reconhecido pelo Estado brasileiro como patrimônio cultural do país há nove anos.

Os ingredientes, o manejo tradicional, as técnicas culinárias e as receitas também fazem parte do Sistema Agrícola. Cuidar de sua manutenção e pro-

por ações de valorização e geração de renda dos produtos da agricultura rionegrina é tarefa do Con-



© ROGÉRIO ASSIS/ISA

Ivânia Melgueiro Baltazar, coordenadora do projeto Serras Guerreiras de Tapuruquara, na comunidade Cartucho (AM)

selho da Roça, que se reuniu em julho para debater os próximos passos para seu fortalecimento.

Composto por lideranças indígenas de diferentes etnias dos municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira (AM), o Conselho age para manter o sistema tradicional vivo e preservado e ainda assegurar sua efetiva salvaguarda como promover a circulação de conhecimentos e práticas entre as diferentes gerações indígenas do Rio Negro. As diretrizes do Plano de Salvaguarda do Sistema Agrícola apontam a merenda escolar como uma das ações prioritárias. No entanto, só agora elas estão se concretizando.

SAIBA MAIS EM:

<https://isa.to/2Chcz3C> e
<https://isa.to/2maPOdn>



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Deborah de Magalhães Lima (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Beto Ricardo e Leão Serva. Secretário Executivo: André Villas-Bôas.

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Comunicação: Bruno Weis (coordenador). Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Clara Roman, Isabel Harari, Juliana Radler, Letícia Leite, Marina Terra, Oswaldo Braga de Souza e Roberto Santos Almeida. Ilustrações: Rubens Matuck. Projeto gráfico e editoração: Ana Cristina Silveira/Anacê Design. Pesquisa de fotos: Maria Inês Zanchetta e Rafael Dias Rios de Souza.

VISITE NOSSO SITE: WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA ELDORADO** Rua João Carneiro dos Santos, 149, casa 1, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.